

I ENCONTRO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EDUCACIONAIS

CADERNO DE RESUMOS

24-27 DE
ABRIL DE
2023
GTS



I ENCONTRO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EDUCACIONAIS



CADERNO DE RESUMOS

GTs

24-27 de abril de 2023

24 DE ABRIL | TARDE 15h-17h

GT1: Políticas Linguísticas Educacionais em Contextos Multilíngues

Coordenação: Dra. Tatiana Moreira (IFES)

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EDUCACIONAIS: CONSEQUÊNCIAS DAS
OSCILAÇÕES DO ESPANHOL NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Mariana Assumpção da Silva (Estudos de Linguagem, UFF | Mestranda)

assumpcao_mariana@id.uff.br

O presente trabalho busca analisar as políticas linguísticas educacionais, entendendo-as como as ações do Estado que se materializam nas leis (ORLANDI, 1998) e que afetam o ensino de língua, no que diz respeito à inserção, à permanência e à ausência do Espanhol como língua estrangeira (ELE) nas leis educacionais, bem como refletir sobre o legado do ensino de espanhol nas escolas brasileiras. Para isso, estudam-se a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005, a Lei nº 13.415/2017, a Lei 9.394/96 e os documentos direcionadores da educação brasileira: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), à luz da Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas (MARIANI, 2008; ORLANDI, 2007), não deixando também de abordar bibliografia em Glotopolítica (LAGARES; SAVEDRA, 2012; TORQUATO, 2010; entre outros). O espanhol é marcado por um movimento pendular, assegurado pela legislação educacional brasileira. Esse movimento, junto com a permanência do inglês no currículo, produz um efeito de sentido de resistência ao manter o espanhol como disciplina obrigatória. O impacto disso é a formação de sujeitos que não podem usufruir de oportunidades fomentadas pelo conhecimento desse idioma (dentro e fora do ambiente escolar), além de afetar a formação cidadã desses estudantes. A reforma do Ensino Médio trouxe muitos prejuízos para a educação brasileira, dando aos alunos uma ideia de falsa autonomia, que colabora para uma formação neoliberal e que dificulta o desempenho integral deles. Considerando esse caso, elenca-se aqui a atual ausência do Espanhol como disciplina obrigatória no currículo nacional como um desses prejuízos que atravessa os muros da escola, fazendo com que esses alunos fiquem cada vez mais reféns de um sistema que não privilegia as possibilidades de enxergar o mundo – e de se colocar nele – de maneira diferente, através da língua também diferente.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS UMA LUTA CONSTANTE: ANÁLISE DA OFERTA DA LÍNGUA ESPANHOLA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS NA LINHA DE FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA

Emanuele Krewer (FURG | Mestranda)

emanuelekrewer@furg.br

Angelise Fagundes da Silva (UFSM)

angelisef@ufsm.br

Neste trabalho, busca-se discutir sobre a oferta da língua espanhola em escolas municipais localizadas na fronteira Brasil/Argentina. Vista a intensa luta do movimento Fica Espanhol e a aprovação da EC 74/2018 que garante a obrigatoriedade da oferta da língua espanhola nas escolas públicas gaúchas, objetiva-se verificar em que medida as cidades de linha de fronteira Brasil/Argentina, localizadas no RS, atendem o estabelecido na Ementa. Para tanto, são de interesse da pesquisa municípios localizados na linha de fronteira de abrangência da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo*, que vão desde a cidade Garruchos a Barra do Guarita. São suportes teóricos os estudos sobre políticas linguísticas e fronteira propostos por Sturza (2009; 2017) bem como a trajetória de luta do movimento Fica Espanhol apresentada por Fagundes, Nunes e Fontana (2019). Esta pesquisa apresenta como metodologia o estudo de campo, no qual foi realizado um levantamento da oferta da língua espanhola, por meio de um questionário no Google formulários encaminhados às Secretarias Municipais de Educação. Com isso, foram obtidas 14 respostas dos 16 municípios pretendidos, nas quais é possível observar que muitos municípios reconhecem a importância da oferta da língua espanhola e buscam trazer a disciplina para o currículo escolar. No entanto, muitos municípios excluem totalmente a oferta de línguas adicionais, outros privilegiam a língua inglesa, o que contribui para o apagamento da diversidade linguística na fronteira. Desta forma, é possível constatar que a Emenda 74/2018 é respeitada em certa medida e negligenciada por um grande número de escolas municipais da linha de fronteira em questão. Nesse sentido, a luta iniciada pelo movimento Fica Espanhol RS não encerrou, é necessário fiscalizar a oferta da língua espanhola nos municípios gaúchos, de modo a enfatizar a importância da língua e garantir a sua efetivação nos contextos educacionais.

AÇÕES DE PROMOÇÃO DE ENSINO DE PORTUGUÊS PARA FALANTES DE OUTRAS LÍNGUAS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON (PARANÁ)

Franciele Maria Martiny (UNILA)

franmartiny@hotmail.com

A partir da participação no Grupo de Pesquisa “Políticas Linguísticas e Educacionais no Oeste do Paraná” (UNIOESTE) e da experiência como professora na área de Letras e Linguística com enfoque no ensino de língua portuguesa adicional (UNILA), a pesquisa de pós-doutoramento (UNICAMP), em desenvolvimento, tem como foco o acolhimento linguístico de refugiados e migrantes internacionais na rede escolar pública de Marechal C. Rondon (MCR), município que faz fronteira com o Paraguai, situado no interior do Paraná. Conforme a Secretaria Municipal de Assistência Social, em 2022, havia 2.094 pessoas nesta situação na cidade, um aumento de quase 40% nos últimos três anos, o que representa em torno de 5% da população atual. Os principais países de origem são, por ordem: Paraguai, Serra Leoa, Haiti, Senegal, Bangladesh, Guiné-Bissau e Maurítânia. Esse cenário evoca a preocupação em torno de ações para a promoção de políticas linguísticas e educacionais plurilíngues e pluriculturais adequadas a esse contexto superdiverso. Diante disso, as reflexões se darão a partir da perspectiva Indisciplinar da LA (MOITA LOPES, 2006) e de uma visão de acolhimento transdisciplinar e plurilíngue (ANUNCIACÃO, 2017; BIZON; CAMARGO, 2018) a fim de identificar as iniciativas já existentes, com a possibilidade de novas proposições. Na parte diagnóstica inicial, houve o levantamento da existência de dois cursos de português para falantes de outras línguas, um via colégio estadual, por meio do CELEM/EJA, de forma presencial, e um online via universidade estadual através do CeLing (Centro de Línguas de MCR/UNIOESTE). As duas iniciativas, que iniciaram ano passado (2022), já atenderam em torno de 200 participantes. São as primeiras políticas oficiais encontradas neste sentido na localidade relacionadas ao Estado, sendo que a próxima etapa da pesquisa visa verificar ações da rede municipal de ensino.

FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LINGUAGENS EM CONTEXTOS FRONTEIRIÇOS: O QUE DIZ O PPC DO CURSO DE LETRAS?

Charlene Bezerra (UNIR, DACL)

charlene.bezerra@unir.br

O estudo proposto ancora-se no campo da Linguística Aplicada (LA) em diálogo com as teorias de políticas linguísticas, e situa-se em uma experiência de formação de professores, área de língua portuguesa, em contexto de fronteira (Brasil-Bolívia), na região Norte do país. Objetiva-se analisar o acesso ou não a uma formação multilíngue de futuros professores de língua portuguesa em área fronteiriça, investigar-se-á a grade curricular do curso de Letras, observando a existência, bem como a relevância explicitada ou não para a formação do profissional de linguagens que irá atuar em espaços de fronteiras. A diversidade linguística, histórica, social e cultural está na sala de aula do curso de Letras da instituição, pois há alunos bolivianos, brasileiros e indígenas presentes. E isso nos impulsiona a refletir sobre práticas curriculares que reforçam estereótipos de colonização e descolonização do saber (SOUSA-SANTOS 2008) de grupos minoritarizados (CAVALCANTI, 1999), e estudos do letramento do professor (FREIRE 1979; STREET 1984); (KLEIMAN, 2005), entre outras implicações que por ventura (re)constroem trajetórias dos letramentos do professor. Neste sentido, repensar e discutir as práticas sociais de formação acadêmica pelas quais grupos minoritarizados, muitas vezes invisibilizados, se deparam em uma universidade pública referenciada em saberes eurocêntricos e prioritariamente urbanocêntricos, se faz necessário. Na visão sociointeracionista da linguagem entende-se que as pessoas são em grande medida posicionadas em identidades de acordo com suas práticas discursivas (MOITA 2003), a partir do exposto, a pesquisa se filia em um paradigma metodológico interpretativista, com indícios metateórico para a análise documental. (MOITA LOPES, 2006). Assim, nosso trabalho, preliminarmente, explicitará a existência ou não de disciplinas, cujo enfoque se projete para a atuação em contextos múltiplos de linguagem (MAINARDES, 2018), adquirindo status valorativos nas discussões educativas que prezem pelo fortalecimento linguístico dos grupos que vivenciam os espaços fronteiriços, contribuindo para a formação crítica do professor de línguas.

EXPERIÊNCIAS DE ENSINO BI/MULTILÍNGUE EM COMUNIDADES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA ORIENTAL BRASILEIRA

Maria Cristina Macedo Alencar (UNIFESSPA)

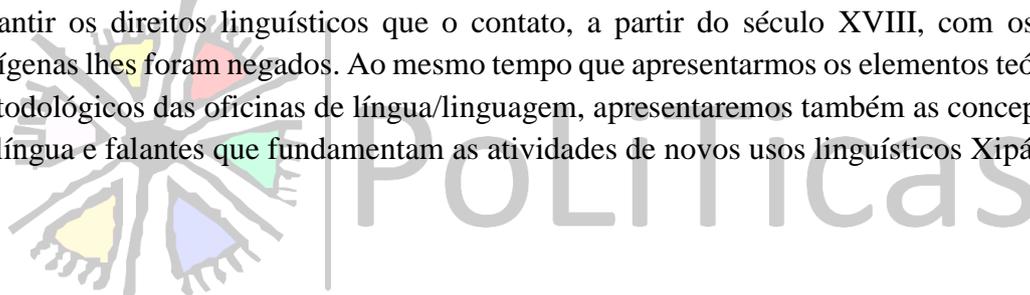
cristinaufpa@yahoo.com.br

Refletimos sobre as políticas linguísticas educacionais realizadas nos territórios Gavião Akrãtikatêjê, Suruí-Aikewara, Guarani-Mbya, Tenetehara-guajajara e Awaete-Parakanã, no sudeste do estado do Pará, com foco nas lutas dos povos indígenas na construção de uma educação escolar bi/multilíngue em seus territórios. O objetivo dessas reflexões tem sido compreender qual o estatuto das línguas indígenas nas escolas indígenas e o tipo de ensino bilíngue ali realizado (HAMEL, 1993; MAHER, 2007). Esse estudo tem sido realizado por meio de pesquisa etnográfica (ERICKSON, 1989) com realização de observações, registros em áudio e diário de campo das aulas observadas, de entrevistas com os professores e lideranças indígenas e produção de diagnósticos sociolinguísticos (FISHMAN, 1974). Com Fishman (1972) assumimos que as políticas linguísticas educacionais são primordiais para a valorização e vitalidade das línguas minorizadas, posto que o desaparecimento de uma língua não é um processo natural, evolutivo. Os resultados indicam que as comunidades indígenas investigadas têm como projeto educacional ampliar as funções da língua ancestral no contexto escolar, contudo os professores indígenas carecem de formação para o ensino bi/multilíngue; os sistemas municipais de ensino continuam a invisibilizar a presença das sociedades e das línguas indígenas, não acessando os recursos federais para a formação de professores indígenas e produção de materiais didáticos nas línguas indígenas. Também as instituições de ensino superior carecem de mais investimentos para a produção de conhecimentos sobre as línguas indígenas faladas na região sudeste do Pará.

NOVOS USOS LINGÜÍSTICOS XIPÁI: OFICINAS DE LÍNGUA/LINGUAGEM

Nelivaldo C. Santana
(Universidade Federal do Pará; Unicamp | Doutorando)
nelioscpoeta@gmail.com
WaraWara Xipái
xipayas@gmail.com

Neste recorte, pretendemos apresentar as iniciativas teórico-metodológicas do povo Xipái para definir os novos usos linguísticos de sua língua ancestral. O contexto de atuação daqueles que visam os novos usos linguísticos são as comunidades Xipái, na Terra Indígena Xipaya, no rio Iriri, no município de Altamira-Pará. Os dados foram obtidos durante as oficinas de língua/linguagem realizadas na aldeia Tukamã, TI Xipaya, onde os ministrantes buscam relacionar aprendizado dos elementos linguísticos com as práticas do cotidiano. As oficinas de língua/linguagem realizadas pelos Xipái buscam, em certa medida, responder ao chamado da “Década Internacional das Línguas Indígenas” para que os povos indígenas reforcem as políticas linguísticas que asseguram a existência das línguas originárias. Essas oficinas marcam também o protagonismo Xipái na luta para garantir os direitos linguísticos que o contato, a partir do século XVIII, com os não indígenas lhes foram negados. Ao mesmo tempo que apresentarmos os elementos teórico-metodológicos das oficinas de língua/linguagem, apresentaremos também as concepções de língua e falantes que fundamentam as atividades de novos usos linguísticos Xipái.



POLÍTICAS E IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA CHINESA NA REDE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DE CASO DO COLÉGIO INTERCULTURAL BRASIL-CHINA

Jinyu XIE (UFF | Doutoranda)
xiejinyu@id.uff.br

Com a ascensão da China no mundo, o ensino da língua chinesa está ganhando importância internacionalmente junto com as políticas de difusão e o estabelecimento dos Institutos Confúcio. A sua influência expandiu para o Brasil, onde vivenciamos a inserção do chinês não só no ensino superior, como também na Educação Básica. A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso do Colégio Estadual Joaquim Gomes de Sousa - Intercultural Brasil-China, fruto de uma cooperação entre a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), o Instituto Confúcio e a Universidade Normal de Hebei (China). A base teórica do nosso estudo situa-se na área de Política Linguística, especificamente do que se trata da agentividade (*agency*) e da multicamada de política linguística (RICENTO, 2006; SHOHAMY, 2006; HORNBERGER & JOHNSON, 2007; RAMANATHAN & MORGAN, 2007; MCCARTY, 2011b; GARCÍA & MENKEN, 2010). Através do estudo documental e das experiências da própria autora como professora de chinês nessa escola, pretendemos compreender como a mesma política passa pelos atores de múltiplos níveis e modifica de acordo com a ideologia e os interesses dos implementadores. Entre os diferentes entendimentos do papel da língua chinesa na escola e do objetivo do seu ensino, destacamos a importância de aprofundar os diálogos interculturais e maximizar os interesses comuns entre os atores nas cooperações internacionais.

24 DE ABRIL | NOITE 19h-21h

GT1: Políticas Linguísticas Educacionais em Contextos Multilíngues

Coordenação: Dra Leticia Cao Ponso (FURG) e Doutorando Ezequiel Bernardo (ISCED-Cabinda/Angola)

**APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO DE ÁREA DE LÍNGUAS NO
ARGUMENTO SOBRE ADOÇÃO DO KRIOL COMO A LÍNGUA DE ENSINO
EM GUINÉ-BISSAU: ANÁLISE EM TEXTOS ACADÊMICOS**

Ivo Aloide Ié (USP | Doutorando em Educação)

ivoaloide.bobadja@usp.br

Neste trabalho, analisamos o argumento acadêmico sobre a língua de ensino em Guiné-Bissau. O objetivo é compreender como o conhecimento linguístico adquirido no Curso de Letras é aplicado aos argumentos sobre adoção do kiriol no sistema de ensino da Guiné-Bissau. Em Guiné-Bissau, convivem diversos grupos étnicos com suas culturas e línguas diferentes; a comunicação entre os falantes de diferentes grupos ocorre por meio do kiriol (o guineense ou o crioulo falado em Guiné-Bissau). Segundo Couto e Embaló (2010) o kiriol (o crioulo guineense) é a língua mais falada no país, com 75% a 80% da população e o português possui apenas 13% dos falantes, mas o português continua sendo a única língua oficial e de ensino, mesmo com poucos falantes no país. Frente a essa situação, estudantes guineenses em formação em Cursos de Letras, da Unilab Campus dos Malês-BA, que pesquisam a situação linguística da Guiné, principalmente a língua de ensino, vêm propondo a adoção do kiriol nas escolas do país. Assim, partimos do pressuposto de que o ingresso dos estudantes guineenses no Curso de Letras na Unilab, contribuiu, significativamente, para (re)formulação de argumento sobre adoção do kiriol no sistema de ensino. Em outras palavras, o conhecimento adquirido na área de Letras fez com que os estudantes guineenses passassem a argumentar a favor da incorporação dessa língua nas escolas do país. Análise é baseada na Teoria de Argumentação no Discurso a Nova Retórica (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002). O corpus é constituído do texto acadêmico e entrevista produzidos por estudantes guineenses em Curso de Letras da Unilab-BA. A metodologia é qualitativa, exploratória. Os resultados indicam que o argumento acadêmico a favor da adoção está relacionado ao conhecimento adquirido na Universidade.

AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO MULTILÍNGUE DA GUINÉ-BISSAU: DESAFIOS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Fidel Quessana Mbaná (UFCAT-PPGEL | Mestrando)

fidelmbana10@gmail.com

Neste trabalho propõe-se analisar as políticas linguísticas desenvolvidas na Guiné-Bissau, onde convivem várias línguas, português (língua oficial e do ensino), guineense ou crioulo (língua nacional) e demais línguas étnicas. Destaca-se as políticas linguísticas educacionais ao nível *macro*, isto é, quanto à tomada de decisão pelo Estado, sobretudo no período pós-independência. Refletindo sobre adequação dessas políticas à realidade sociolinguística e sociocultural do país. Entende-se que o Governo por meio de sistema educacional deve oferecer condições propícias para a valorização das línguas e culturais locais, assim como propiciar aos alunos os conhecimentos sobre outras línguas e culturais, estabelecendo os diálogos entre os mundos locais e globais. Isso passa pelas políticas públicas e educacionais de integração e inclusão, que vão ao encontro das novas demandas sociais e dos novos avanços tecnológicos, atendendo às novas dinâmicas de interação humana no âmbito social e profissional. Para tanto, são necessárias as políticas públicas e políticas linguísticas educacionais consistentes que contribuam para a formação integral dos aprendizes. Para a materialização desta pesquisa recorreu-se à abordagem da pesquisa qualitativa e bibliográfica. Tendo como aporte teórico, os autores que debruçaram sobre as políticas linguísticas (CALVET, 2002/2007; RAJAGOPALAN, 2003/2014 dentre outros) e autores que tematizam sobre o ensino guineense (CÁ, 2005, NAMONE, 2014 dentre outros). Os resultados do trabalho mostram a necessidade de investir na elaboração das políticas linguísticas educacionais que atendam as demandas dos alunos guineenses, incentivando a valorização das línguas nacionais e respectivas manifestações culturais, assim como proporcionar aos alunos as condições necessárias para a aquisição e aprendizagem da língua portuguesa.

OS DESAFIOS DO ENSINO ESCOLAR NA GUINÉ-BISSAU: A QUESTÃO DA LÍNGUA DE ENSINO

Baticã Braima Ença Mané (USP | Doutorando em Letras)
manebatica@gmail.com

Este estudo analisou os desafios do sistema de ensino guineense (Guiné-Bissau) enfocando-se na questão da língua e em uma eventual adoção do modelo de ensino bilingue que elevaria o *kriol* – dada sua condição de língua franca do país – ao *status* de língua de ensino ao lado da que já está posta, o português. Baseado em pesquisa bibliográfica (BENSON, 2002; UNESCO, 2003; CALVET, 2007; ARNOLD, 2007; BARTENS, 2008, entre outros), o estudo mostrou que os problemas estruturais decorrentes de frequentes instabilidades político-governativa do país, cujo resultado se traduziu em falta de escolas (ou quando muito, em instalações precárias), de salas de aula, de carteiras e cadeiras, escassez de recursos humanos qualificados, recursos econômicos insuficientes face à necessidade do setor, salários mal pagos e com grandes atrasos, ocasionando greves na educação, inviabilizam políticas educacionais – incluindo políticas linguísticas – estrangulando fortemente o sistema educativo. A pesquisa concluiu que mesmo que estes percalços sejam ultrapassados e o Estado guineense queira adotar o ensino bilíngue dada sua vantagem, seria preciso lidar tanto com potenciais questões que possam advir em decorrência desse processo, assim como com aquelas que já existem. Significa dizer que o Estado deve, entre outras coisas, (i) criar uma ortografia unificada para o registro escrito do *kriol*; (ii) confeccionar materiais didáticos e paradidáticos para o ensino do *kriol*; (iii) conscientizar e sensibilizar a população em geral sobre os potenciais benefícios do modelo de ensino desejado; e (iv) formar e capacitar professores e técnicos para lidar com o novo modelo de ensino. Tudo isso é bastante custoso para um país cuja dívida pública é das mais altas do mundo.

A UNIÃO AFRICANA E OS SEUS PARADOXOS: O CASO DAS LÍNGUAS AUTÓCTONES NA ESCOLARIZAÇÃO

Pansau Tamba, (UFPR | Doutorando em Letras; Intérprete Estagiário na Comissão da CEDEAO, Abuja, Nigéria)
pansautamba10@gmail.com

A África concentra cerca de 30% das línguas do mundo. Ou seja, uma em cada três línguas no mundo é africana. Nas constituições de muitos países africanos está claro que algumas línguas locais são permitidas no ensino, porém, segundo a UNESCO, entre mais de 40% de pessoas escolarizadas nas línguas que não entendem (no mundo), a maior parte encontra-se na África. Este trabalho visa fazer uma análise crítica da política e o planejamento linguístico com foco na realidade da situação linguística nas instituições da União Africana. Olhou-se, também, para o planejamento linguístico da União Europeia enquanto a sua instituição “inspiradora”. Metodologicamente, primeiro foi feita uma revisão documental, com foco nos seguintes documentos: Ato Constitutivo da União Africana (2000), as estratégias da Academia Africana de Línguas ACALAN (2000), Constituição da União Europeia (2003), Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), relatório de monitoramento global da UNESCO (2016), relatório da Associação para o Desenvolvimento de Educação em África ADEA (2003), entre outros. Além do mais, com base na experiência do autor durante o mestrado na mais importante instituição do ensino superior da União Africana (Pan African University), foram ouvidos colegas estudantes de diferentes países africanos nos debates sobre a língua da escolarização em África. Os resultados mostram que o planejamento linguístico no seio das instituições da União Africana tem “envenenado” as línguas africanas, enquanto que a União Europeia consolida cada vez mais a inclusão das línguas minoritárias nas suas instituições.

INTRODUÇÃO DAS LÍNGUAS NACIONAIS BENINENSES NO SISTEMA EDUCACIONAL FORMAL DO PAÍS: ANÁLISE DE MEIO SÉCULO DE TENTATIVAS E PROPOSTA DE SOLUÇÕES

Gbènoukpo Gérard Nouatin (CEFET-MG | Doutorando)

nouatingerardo@yahoo.fr

A República do Benin é um país da África ocidental que foi colonizado pela França. Em 1960, o país se tornou independente. No entanto, o francês continua sendo a única língua oficial e a única língua de instrução da educação formal nacional até os dias atuais, apesar de o país contar com mais de 60 línguas autóctones e suas variantes, todas ativas. Desde pouco após o acesso à independência, esforços vêm sendo feitos para preservar e promover esses sistemas linguísticos, principalmente por meio da sua introdução na escola, a política linguística pela qual me interesso nesta pesquisa, mas sem sucesso até hoje. Assim, o objetivo deste estudo é identificar as causas da falha das tentativas de introdução das línguas locais do Benin na educação formal há meio século e apontar caminhos para solucionar os eventuais problemas. Para tanto, aplicando técnicas da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2016), analisarei documentos oficiais do Benin assim como textos de comunicação e de divulgação científicas sobre a política linguística em investigação. Em seguida, interpretarei e discutirei os resultados utilizando uma matriz de minha autoria, constituída por parâmetros definidos por silogismo e por outros identificados nas literaturas nacional e internacional sobre o assunto como fatores de sucesso ou de fracasso desse tipo de iniciativa. Também pretendo, ao interpretar e discutir os resultados, valer-me do pensamento decolonial de Quijano (1997). Palavras-chave: Política linguística educacional. Educação em língua materna. Línguas nacionais beninenses. Estudos decoloniais. Planejamento linguístico

O BILINGUISMO EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A LÍNGUA PORTUGUESA E A LÍNGUA BANTU CINYANJA NA ESCOLA PRIMÁRIA DE TAMUIRI, PROVÍNCIA DE TETE

Júlio Bernardo Sandaca (Universidade Púnguè-Moçambique; UFSC | Doutorando)
sandacaj@gmail.com

Esta apresentação visa explorar as práticas de bilinguismo em Moçambique, focando na relação entre a Língua Portuguesa e a Língua Bantu Cinyanja. O objetivo é abordar as estratégias de implementação do ensino bilíngue no ensino básico na escola primária de Tamuiiri, localizada na província do Tete, tendo em conta a aprendizagem dos conteúdos por alunos que têm o português e o cinyanja como línguas maternas. A análise dos resultados leva em conta os fatores políticos, sociais e históricos que orientam a escolha da língua de ensino no contexto multilíngue de Moçambique. Para a recolha de dados, foram realizadas entrevistas com gestores e professores da escola analisada e, também, com alunas/os do curso de Letras Português-Inglês da Univesidade Púnguè. Constitui base teórica para o trabalho as seguintes: Spolsky (2004), Shohamy (2006), Makoni e Pennycook (2007), Stroud (2007), Chimbutane (2011), Patel (2012), Patel e Cavalcanti (2013), Severo e Makoni (2015), Nhampoca (2015), Makoni (2020), Dias (2021) e Ngunga (2021). Dos resultados nota-se que a falta de formação em uma língua bantu específica por parte dos professores do ensino bilíngue constitui um dos desafios para a implementação de uma educação bilíngue consistente Moçambique. Além disso, evidenciou-se que os professores que lecionam na escola primária de Tamuiiri, embora falem a língua bantu local, apresentam desafios metodológicos para a atuação docente bilíngue.

O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO LINGUÍSTICO TIMORENSE

Crísna Batista da Silva Ferreira (Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Unilab | Mestranda)

krisnabatista@gmail.com

Alexandre Cohn da Silveira (UNLAB)

bestxandy@gmail.com

O objetivo principal neste trabalho é discutir o ensino de português como língua adicional, partindo das políticas linguísticas educacionais adotadas no sistema de ensino em Timor-Leste. Para essa discussão, nos apoiamos em: no que tange o ensino de português como língua adicional (CUNHA, 2007), (SHOFFEN, 2016) e no que diz respeito às políticas linguísticas (OLIVEIRA, 2007). Pensando na perspectiva multilíngue timorense, o ensino de português como língua adicional surge como ferramenta de ensino intercultural e contextualizado para a situação de multilinguismo do país, onde a maioria da população tem o português como língua adicional. Com a restauração da independência proclamada em 20 de maio de 2002, o pequeno país asiático, ex-colônia portuguesa, adota a língua portuguesa como língua oficial, com cooficialidade a língua tétum, ainda como línguas de trabalho, o indonésio e o inglês. O português, apesar de oficial, não é língua materna de grande parte da população, diante disso, o ensino como língua materna aos timorenses engessa o processo de aprendizagem da língua. De acordo com essa realidade apresentada, o ensino de português como língua adicional torna-se de suma importância para o sucesso na aquisição da língua portuguesa no sistema de ensino de Timor-Leste. O presente estudo é uma pesquisa de natureza qualitativa, com análise de dados em formato exploratório e descritivo, a partir de pesquisas bibliográficas e documentais. Para orientar nossa pesquisa em termos teóricos, nos apoiamos em Calvet (2007), que apresenta uma discussão acerca das políticas linguísticas. Ante o exposto, como resultados prévios de nossas discussões, entendemos que o ensino de português como língua adicional no sistema de ensino de Timor-Leste é de suma importância para uma educação intercultural, de qualidade e contextualizada na realidade multilíngue de Timor-Leste.

25 DE ABRIL | TARDE 15h-17h

**GT2: Políticas linguísticas educacionais: abordagens teórico-
metodológicas e estudos de caso**

Coordenação (15-17h): Dr Alexandre Silveira

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO
BRASIL**

Marcos Bispo (Universidade do Estado da Bahia)

mabispo@uneb.br

O tema das políticas linguísticas é um daqueles que não admitem uma abordagem meramente disciplinar ou descritiva. Por definição, o termo “política” pressupõe conflitos ideológicos, relações de poder e interesses de grupos em disputa. Dirigida a questões linguísticas, a política lida, principalmente, com problemas relacionados à regulação da língua, atribuindo-lhe formas e funções específicas. Como se sabe, nenhuma macropolítica linguística regula a língua em sua totalidade, apenas sua forma padronizada. Apesar disso, o processo de padronização estabelece parâmetros de aceitabilidade e correção linguística que, embora concebidos como referências para os usos linguísticos em contextos sociais determinados, acabam servindo de fundamentos para atitudes linguísticas, ou seja, avaliações sociais, em relação a todas as variedades de uma língua. Muitos pesquisadores têm problematizado as complexas relações entre padronização, diversidade e atitudes linguísticas em torno de questões como identidade, nacionalismo, ideologias linguísticas, dominação, exclusão social e educação. No Brasil, o debate sobre as políticas linguísticas está centrado, sobretudo, em fatores de macropolítica linguística, principalmente naqueles referentes à legitimidade da língua padrão, cujos fundamentos epistemológicos e políticos vêm sendo invalidados por ideologias linguísticas inspiradas em pesquisas positivistas sobre as regras naturais, sistêmicas, das variedades linguísticas (BAGNO, 2007; VIEIRA; FARACO, 2022). Os confrontos entre essa ideologia científica e a ideologia da língua padrão (MILROY; MILROY, 1999; MILROY, 2011) têm passado ao largo das questões que envolvem as relações entre língua padrão e diversidade linguística, o que afeta a compreensão adequada das relações entre macro e micropolíticas linguísticas (LIDDICOAT; BALDAUF, 2008). Se a diversidade linguística é uma realidade incontornável do funcionamento social da linguagem humana, o estudo das políticas linguísticas será falho e limitado se desconsiderar as relações entre a língua do Estado e as micropolíticas linguísticas implementadas nos diversos campos de atividades humanas. Assim, o problema que motiva esse artigo é o seguinte: como o ensino de português no Brasil pode contribuir para a superação da polarização reducionista entre as ideologias conservadora e científica? O objetivo é analisar as relações entre planejamento macro e microlinguístico na nova configuração proposta para o ensino de Língua Portuguesa, na Base Nacional

Comum Curricular, documento normativo que estabelece os saberes comuns a serem contemplados nos currículos de todo o país. Para isso, a análise fará uma articulação entre os objetivos do ensino de língua e as práticas de letramento tomadas como referências para a seleção dos conteúdos didáticos, práticas essas que, no documento curricular, não são constituídas, em sua totalidade, pela língua padrão, mas por um conjunto de micropolíticas específicas de língua, observando-se as especificidades comunicativas de cada contexto social.



POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS EDUCACIONAIS NA COMUNIDADE DE TOREWA (APOLO, BOLÍVIA): UM ESTUDO SOBRE DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Camila Alejandra Loayza Villena (UFPEL | Mestranda)
milaloayza4@gmail.com

Este estudo analisa as políticas linguísticas educacionais na comunidade de Torewa, que pertence ao povo indígena Leco de Apolo na Bolívia. O objetivo é entender como essas políticas afetam o ensino e a aprendizagem das línguas indígenas e do espanhol na região. Torewa é uma comunidade indígena composta por 147 pessoas agrupadas em 38 famílias, que falam qhichwa, aimará, tsimané, mosetén e espanhol. Apesar das diretrizes da Educação Intercultural Bilíngue (EIB) do Ministério da Educação, reconhecidas na Constituição Política do Estado de 2009 e na lei nº 070 Aveliño Siñani - Elizardo Pérez de 2010, o ensino na escola local é realizado apenas em espanhol. Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa utiliza uma metodologia mista que combina análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante. A pesquisa baseia-se em um referencial teórico que avalia a implementação das políticas linguísticas educacionais na Bolívia (APAZA, 2012, 2016; CANCINO, 2008; LÓPEZ, 2006, 2008, 2009; SICHRA, 2009, 2013), além de teorias da Linguística Aplicada, Sociolinguística e estudos antropológicos e sociológicos para entender o contexto sociocultural de Torewa e como as políticas linguísticas se relacionam com as práticas culturais e sociais locais (GIL, 2020; KATZER e SAMPRÓN, 2012; RAPPAPORT, 2022; RESTREPO, 2018; RIVERA, 2010; ULCHUR, 2020). Os resultados preliminares indicam que as políticas linguísticas educacionais em Torewa enfrentam desafios significativos, como a falta de recursos humanos, materiais e financeiros, a resistência de alguns professores ao uso da língua materna dos estudantes e a ausência de envolvimento da comunidade.

O PROJETO INSTITUCIONAL FORMAÇÃO BÁSICA INDÍGENA DA UFOPA: APONTAMENTOS SOBRE UMA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO ACADÊMICO ESPECÍFICA E DIFERENCIADA

Marília Fernanda Pereira Leite (UFOPA; UFPA-PPGL | Doutoranda)
marilia.leite@ufopa.edu.br

O projeto institucional Formação Básica Indígena - FBI da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, é uma formação acadêmica inicial ofertada em dois semestres letivos para os estudantes indígenas que ingressam na instituição via Processo Seletivo Especial Indígena - PSEI. Atualmente, há representantes de vinte povos indígenas no corpo estudantil da UFOPA. A instituição não possui cursos específicos para estudantes indígenas, portanto, antes de iniciarem os estudos nos seus cursos de graduação, é ofertada uma formação inicial específica com atividades que envolvem ensino, pesquisa e extensão. A criação da FBI é resultado da consulta pública realizada pela instituição em 2015, em que os estudantes indígenas relataram e apontaram soluções quanto à evasão acadêmica indígena e as políticas necessárias para a criação de um acompanhamento pedagógico específico. Com a portaria que rege o projeto institucional da FBI, a UFOPA reconheceu a diversidade linguística e cultural dos estudantes indígenas e a necessidade de aprimorar a política de permanência estudantil para o referido grupo. A FBI trata-se de um projeto de emancipação epistêmica (OLIVEIRA; CANDAU, 2010) pensado a partir da diferença colonial (MIGNOLO, 2020) que se transformou na principal política contracolonial (SANTOS, 2015) de formação acadêmica específica da UFOPA. Através do projeto *Retratos do Contemporâneo: as línguas indígenas na Amazônia Paraense*, contemplado pelo Edital de Patrimônio imaterial 2021– Lei Aldir Blanc Pará, da Secretaria de Cultura do Estado do Pará, mapeamos e documentamos 34 línguas indígenas faladas no Estado do Pará, destas, oito línguas são faladas por estudantes indígenas da UFOPA, são elas: Wai Wai, Kaxuyana, Tiriyo, Hixkaryana, Mawayana, Nheengatu, Munduruku e Sateré-Mawé. Nesta apresentação busco apontar, sobretudo, as ferramentas institucionais encontradas pelos povos indígenas que formam o corpo discente da UFOPA na construção de políticas educacionais que valorizem seus saberes suas línguas.

POSSÍVEIS DIÁLOGOS ENTRE PAULO FREIRE E A PERSPECTIVA DECOLONIAL: IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EDUCACIONAIS

Maria Luiza Rosa Barbosa (PPGL, UFSC | Doutoranda)

maria.luiza.r.barbosa@ufsc.br

Este artigo, de caráter ensaístico, propõe uma reflexão acerca de práticas e políticas educacionais declaradas, praticadas e/ou percebidas, tendo por base os possíveis diálogos entre Paulo Freire e a perspectiva decolonial. Assentado em uma abordagem qualitativa (MASON, 2002), visa delimitar em que medida esse possível diálogo pode contribuir para políticas linguísticas educacionais plurais, democráticas e responsáveis. Para tanto, opta-se por uma ancoragem teórica inter/transdisciplinar – escolha que se reveste de caráter emancipatório e decolonizador (MALDONADO-TORRES, 2016), pautado no (re)pensamento crítico em favor da construção de inteligibilidades não assentadas na visão eurocêntrica (OLIVEIRA, 2016; MOTA NETO, 2018). Em se tratando de Paulo Freire e a perspectiva decolonial, os estudos de Romão (2003), Giroux e Figueiredo (2021), Silva e Campos (2021), Joaquim e Oliveira (2021) e Mayo (2022) apontam a obra freiriana¹ como pioneira na genealogia dos estudos decoloniais e precursora da pedagogia decolonial, haja vista o projeto político-pedagógico desse estudioso almejar, no âmbito educacional, a descolonização mental, a transformação social e o “[...] empoderamento de sujeitos mediatizados por práticas transformadoras e consciência crítica.” (SILVA; CAMPOS, 2021, p. 4). Ademais, à luz dos estudos de Schiffman (1996), Shohamy (2006, 2009), Ricento (2006), Johnson e Ricento (2013) e Spolsky (2016 [2007]), é possível afirmar que as políticas linguísticas educacionais que se erigem sob o ideário de Freire e das concepções advindas da perspectiva decolonial tendem a ser mais plurais, democráticas e responsáveis, na relação da educação com a história e a cultura, e viabilizam desvelar os meandros entre linguagem e poder. Palavras-chave: Paulo Freire. Perspectiva decolonial. Políticas Linguísticas Educacionais. Educação e cultura. Linguagem e poder.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA SALA DE AULA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: ABORDAGENS DA ALTERNÂNCIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Débora Medeiros da Rosa Aires (Programa de Pós-Graduação em Letras, UFPEL |
Doutoranda)

deboramedeiros3@gmail.com

Isabella Mozzillo (UFPEL)

isbellamozzillo@gmail.com

No ambiente da aula de língua estrangeira (LE) são construídas políticas linguísticas, que podem ser explícitas ou implícitas, quanto ao papel a ser desempenhado pelas línguas conhecidas pelos sujeitos envolvidos. Neste trabalho, pretende-se discutir sobre a abordagem da alternância linguística durante a formação de professores. Os dados analisados foram gerados através de questionários aplicados a professores formadores de cursos de Letras – Português e Espanhol de universidades do Rio Grande do Sul e de instituições de formação de professores de português da Argentina e do Uruguai. Foi perguntado quais as recomendações dadas aos professores em formação quanto ao uso da língua materna (LM) nos processos de ensino/aprendizagem de LE. Os participantes afirmaram, em sua maioria, recomendar que não seja utilizada a LM ou que isso seja feito somente como um último recurso, pois esta impediria que a LE fosse, de fato, exercitada. Mesmo que os métodos e abordagens de ensino de línguas mais recentes não proibam explicitamente o uso da LM, não há uma indicação clara de como esta deve ser tratada para que o aprendiz possa atingir melhores resultados. Ocorre, na verdade, que muitas vezes a existência da LM é simplesmente ignorada (COOK, 2001). Esse posicionamento se relaciona a ideologias linguísticas (DEL VALLE, 2007; WOOLARD, 2007; 2012 [1998]) de necessidade de pureza linguística e de não valorização dos contatos. Assim, percebe-se uma lacuna na formação no que diz respeito ao entendimento dos benefícios da alternância raciocinada (MOORE, 2003) como uma estratégia comunicativa facilitadora e estimuladora da aprendizagem. Considerando um processo que busque o desenvolvimento do bilinguismo (e não de um conjunto de monolinguismos), a integração de saberes deve ser vista como um recurso ativo e aditivo, e o uso da LM se mostra importante para o desenvolvimento do aprendiz nos níveis cognitivo, linguístico, sociolinguístico, afetivo e sociocultural (MELLO, 2004).

POLÍTICAS E IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA: UM OLHAR AUTOETNOGRÁFICO

Tamara Angélica Brudna da Rosa (IFFar; UnB | Pós-Doutoranda em Linguística)

tamara.rosa@iffarroupilha.edu.br

Kleber Aparecido da Silva (UnB)

kleberunicamp@yahoo.com.br

Esse trabalho tem por objetivo discutir a respeito de políticas linguísticas (PL) relacionadas à Educação Profissional Tecnológica, ou seja, as diretrizes curriculares que fundamentam o ensino médio e superior tecnológico, bem como apresentar uma proposta de PL e de internacionalização ao IFFAR. Essa investigação corresponde a uma pesquisa em estágio supervisionado de pós-doutorado em Linguística da UnB. A compreensão primária de uma PL é como campo de atividade, um ramo de política. Como tal, toda ação política decorre de escolhas feitas, tomada de decisões, planejamento e responsabilidades dos agentes, que devem estar à mercê das forças que o cercam no dito sistema democrático. Isto posto, salientamos que a abordagem das PL neste trabalho objetiva reconhecer e compreendê-las sob a luz de teorias decoloniais. Para a discussão no que se refere às políticas linguísticas seguimos os pressupostos de Rajagopalan (2003; 2013) e Lagares (2018), a fim de melhor elucidar uma concepção de educação linguística crítica no ensino de língua(s). Dito de outro modo, o conceito de política linguística pode ser definido em/pelas escolhas conscientes que influenciam a língua, o modo como se age e se trabalha com e sobre ela. Tal epistemologia vem ao encontro dos pensamentos e aspectos de uma pedagogia freireana com vistas a realçar a possibilidade de uma abordagem intercultural para o ensino de LI. Ao ser proposta a relação entre conhecimento, cultura e poder, existe a necessidade de uma práxis pedagógica libertadora intercultural. Outrossim, nas circunstâncias atuais, é preciso munir-se de modo a descolonizar o saber, habilidade prevista não apenas pelos documentos governamentais do ensino e da aprendizagem de línguas, mas idealizadas e desenvolvidas por Paulo Freire (1968; 1992; 1996). A proposta é a reflexão sobre uma concepção de educação linguística crítica que se comprometa com a diversidade e a formação humana (BAKHTIN, 1992; FREIRE, 1987; 1992; 1997).

O MATERIAL DIDÁTICO DE PLAC: CONSTRUINDO CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Daniele Pechi de Paula (Universidade Federal de São Paulo | Mestre)

pechidaniele@gmail.com

A apresentação tem como contexto o ensino do Português como Língua de Acolhimento no Brasil (PLAc), e discorre sobre as especificidades que envolvem a produção e a avaliação de materiais didáticos. Tem por objetivos relatar os contextos de produção da apostila Pode Entrar e das coleções Portas Abertas e Vamos Juntos(as)!, descrever as ideologias linguísticas presentes nesses livros, o perfil das atividades propostas em suas páginas e propor critérios de análise para materiais didáticos de PLAc, testados em análises feitas de unidades didáticas do corpus. Do ponto de vista epistemológico, insiro-me no campo da Linguística Aplicada Indisciplinar (MOITA-LOPES, 2018). Revisito também os debates de vários autores que analisam e propõe critérios de análise sobre material didático: Bulla, Lemos e Schlatter (2012), Tilio (2012), Bizon e Diniz (2019) Rosa e Freitas (2021); e os que debatem as questões da cultura e da transculturalidade como fundamentais para o respeito e valorização de das identidades dos alunos, bem como para o desenvolvimento da autonomia em busca de sua cidadania plena. Buscando descrever qual é a concepção de língua e de cultura nos materiais didáticos, as ideologias linguísticas estão na base dessas construções das representações dos estudantes e das concepções de língua e cultura, aponto o que o contexto de produção dos livros didáticos de PLAc revelam sobre como o acolhimento linguístico de migrantes de crise é feito no Brasil. Em seguida, me debrucei sobre o desenho de critérios de avaliação que pudessem dar conta das particularidades do ensino de PLAc. Os resultados apontam para um ensino de língua mais assimilacionista, que desconsidera os repertórios linguísticos e culturais dos estudantes, e que ainda propõe o ensino da cultura desarticulado do ensino de língua, em duas das três publicações analisadas, e a necessidade do desenvolvimento do trabalho transcultural para o ensino de PLAc.

NORMA E POLÍTICA LINGUÍSTICA: UM ESTUDO DE CASO DO PPP DO CURSO DE REDAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS

Ingrid Cruz do Nascimento (UFPB | Doutoranda em Linguística)

academicosemdepressao@gmail.com

Este trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento e se justifica pela necessidade de ampliar as discussões sobre a atividade do revisor de textos no meio acadêmico, bem como de expandir a visibilidade desse profissional. Assim, o principal intuito deste estudo é discutir o espaço e o papel da norma linguística na formação de revisores do curso de Bacharelado em Redação e Revisão de Textos (RRT) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Para isso, ancoramo-nos nas discussões teóricas acerca de Norma Linguística (CAMACHO, 1981; COELHO *et al.*, 2014; FEDATTO; COELHO, 2016) e Política Linguística (COOPER, 1989), visto que pesquisas realizadas com esse objeto de estudo, a partir do diálogo entre ambas as áreas, ainda são incipientes. Em relação aos aspectos metodológicos, este trabalho possui como *corpus* o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso mencionado e se configura como i) uma pesquisa documental de viés interpretativista, tendo em vista que o foco da nossa análise é o PPP do curso mencionado; e ii) um estudo de caso, já que nos dedicamos a apenas um objeto de análise (GIL, 2008). Por meio dos resultados iniciais, foi possível verificar que a criação do curso em RRT trata-se de uma política linguística educacional cujo objetivo é não apenas a formação de revisores textuais para o mercado de trabalho, mas, também, a manutenção da norma linguística de prestígio, visto que há uma orientação muito evidente ao longo do documento: atender à norma culta escrita. É possível afirmar, portanto, que os revisores textuais atuam como agentes de política linguística, uma vez que eles agem diretamente sobre a língua e contribuem com a manutenção da norma linguística de prestígio. Além disso, este trabalho amplia a discussão sobre política linguística e sobre a profissão do revisor de textos, contribuindo para a sua visibilidade.

25 DE ABRIL | NOITE 19h-21h

**GT2: Políticas linguísticas educacionais: abordagens teórico-
metodológicas e estudos de caso**

**Coordenação: Dr Alexandre Silveira (UNILAB) e Dra. Cristine Severo
(UFSC)**

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA SUJEITOS SURDOS

Daniane Pereira (UFSB)

daniane.pereira@ufsb.edu.br

Joeli Teixeira Antunes (Unimontes)

joeliteixeiraantunes@gmail.com

Maria Leidiane Rodrigues Pereira Reis (Unimontes)

leidiane219@gmail.com

Liliane Pereira Barbosa (Unimontes)

lilianepeb@hotmail.com

Esta apresentação tem o intuito de discutir as políticas linguísticas voltadas para as pessoas surdas brasileiras através de pesquisa bibliográfica. No Brasil, a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto n.º 5.626/2005, que a regulamentam, asseguram que a educação do indivíduo surdo deve se dar a partir do bilinguismo, ou seja, a Língua de Sinais Brasileira (LSB ou Libras) como primeira língua (L1) do sujeito surdo e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2). O bilinguismo, como um método educacional, propõe a oferta do letramento para o processo ensino-aprendizagem da LP para sujeitos surdos, iniciado na década de 1980. Segundo Pereira (2020, p. 150): “No Brasil, (...) a educação do indivíduo surdo deve se dar a partir do bilinguismo, ou seja, a LSB como L1 do sujeito surdo, e, a LP escrita, como L2. O bilinguismo, nesse caso, consiste em trabalhar com duas línguas no espaço escolar: a LSB e a LP, na modalidade escrita”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que prega uma educação que atenda a todas as necessidades dos educandos, foi alterada, no âmbito do artigo 3º, pela Lei nº 14.191 (BRASIL, 2021), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de alunos surdos. Afirmado, através desta, a necessidade de que as escolas devam proporcionar uma educação bilíngue e de qualidade aos alunos surdos, ressaltando o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária. Conclui-se que o bilinguismo consiste em trabalhar com duas línguas no contexto escolar, sendo a LSB e a LP na modalidade escrita.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EDUCACIONAIS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO DA UFSC

Carlos Magno Terrazas (PGET, UFSC | Doutorando; IFMS)
carlos.terrazas@ifms.edu.br

Elaine Aparecida de Oliveira (PGET/UFSC | Doutoranda; UFMS)
elaikk@hotmail.com

Neiva de Aquino Albres (UFSC, PGET)
neivaaquino@yahoo.com.br

Considerando as condições contemporâneas da experiência das pessoas surdas universitárias, este trabalho desenvolve uma discussão sobre a relação da tradução e da interpretação de língua de sinais na pós-graduação. Alcançando esse níveis de ensino, os surdos impulsionam a Libras para o uso em espaços de discussão acadêmica, de referenciação conceitual e analítico, provocando a necessidade de ampliação terminológica e sua implementação em diferentes espaços educacionais que não só a sala de aula. Nesse sentido, utilizando-se de estudo de caso, este trabalho pretende (1) identificar as políticas linguísticas e tradutórias para surdos no âmbito do programa de pós-graduação em estudos da tradução (PGET-UFSC) e no âmbito do núcleo de pesquisa em interpretação e tradução de línguas de sinais (INTERTRADS); (2) apresentar e interpretar a construção de glossário terminológico e (3) propor reflexões e sugestões de implementações de políticas linguísticas a partir das experiências dos participantes (autores surdos). O referencial teórico contempla a compreensão de políticas linguísticas a partir de Calvet (2007), Spolsky (2004, 2016), além de abordar discussões da relação entre políticas linguísticas e línguas de sinais embasadas em Quadros (2019), Lima (2018), Baalbaki (2016), dentre outros. A pesquisa indica que as construções de políticas linguísticas educacionais explícitas e implícitas no curso no Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução podem apontar alternativas de modificações significativas na vida acadêmica de surdos pós-graduando; dentre elas, (i) processo de seleção em Libras para candidatos surdos sinalizantes correspondente às vagas de ações afirmativas, como previsto em instrumento governamental de política pública; (ii) orientações e (iii) reunião de grupo de pesquisa em Libras ou mediado por intérpretes com gravação para estudo posterior, (iv) tradução de português para a Libras de textos acadêmicos para estudo; (v) construção de glossário terminológico no âmbito do grupo de pesquisa, (vi) revisão do português-por-escrito da tese ou dissertação.

ASPECTOS LINGÜÍSTICOS DA ESCRITA DE LÍNGUA DE SINAIS REPRESENTADO EM MAPA MENTAL E CONCEITUAL

William Jônatas Vidal Coutinho (UNIFAP-PPGDC | Doutorando)

wjvc@unifap.br

Cristiano Severo Figueiró (UNIFAP)

O artigo aborda os aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais – Libras que são abrangidos pela escrita de sinais no sistema signwriting apresentando um mapa mental e um conceitual para representação do conhecimento. Há como objetivo apontar que parâmetros linguísticos da Libras podem ser percebidos e ensinados ao trabalhar a escrita de sinais em sala de aula junto a aprendizes e utentes desta língua. A pesquisa se justifica no fato de pessoas surdas necessitarem acesso tanto à informação quanto às características de sua própria língua, abordando também a necessidade de acesso e uso de um sistema de escrita que possibilite a difusão de informações e do conhecimento para o registro gráfico. Tratamos de uma pesquisa descritiva usando o método de apresentação de um mapa conceitual que resultou na apresentação dos conceitos linguísticos básicos que podem ser trabalhados em sala de aula por meio do sistema signwriting.



Políticas

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO PORTUGUÊS NOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E O ENSINO

Alexandre António Timbane (UFS)

alexandre.a.timbane@gmail.com

Os países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) fazem fronteira com angolófonos e francófonos, o que propicia relações linguísticas próximas porque os limites geopolíticos são diferentes de limites linguísticos. As políticas linguísticas dos PALOP pouco fazem para que os países vizinhos aprendam português. A pesquisa tem como objetivo geral conhecer a situação da política linguística do português nos PALOP. Especificamente, a pesquisa analisa aspectos sociolinguísticos, debate as políticas linguísticas com base em documentos oficiais e reflete sobre caminhos para uma política da internacionalização do português a partir dos PALOP. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que busca refletir sobre os debates de Calvet (2002), Severo (2013), Timbane e Balsalobre (2017), Ki-Zerbo (2006) Firmino (2006), Makoni (2011) e Maho (2009) cruzando com todas as constituições da República dos PALOP. Concordamos com a ideia de Assunção quando afirma que a CPLP deveria desempenhar um papel relevante continuando a implementar o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa” (ASSUNÇÃO, s.d., 192) incentivando cada PALOP para o estabelecimento de políticas linguísticas locais para fomentar tanto o ensino quanto a expansão da língua portuguesa. De acordo com Oliveira (2013), o português é língua com estatutos de oficialidade ou estatuto especial em 26 organizações internacionais, entre elas em 5 dos 17 blocos econômicos regionais hoje existentes no mundo: União Europeia, Mercosul, SADC, CEDEAO, CEEAC. Conclui-se que quem faz a língua, a variedade é o povo, mas quem tem poder sobre ela são os Estados. As línguas oficiais faladas pelos países vizinhos dos PALOP se tornam línguas estrangeiras modernas na educação. Essa é uma lei de sobrevivência porque o isolamento linguístico causa problemas na integração e nas relações econômicas e políticas. Sugere que os PALOP incentivem o ensino do português nos países vizinhos.

CANAL IORUCANTO: PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA DESCRITAS EM UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Daniel Soares Dantas (UFPB-PROLING | Doutorando)

danieldantas513@gmail.com

Este trabalho consiste na divulgação de uma experiência em uma comunidade de candomblé, realizada na cidade de Cajazeiras/PB, entre os anos 2019 – 2021. Este relato de experiência objetiva apresentar como se deu a criação do canal Iorucanto, palavra criada a partir da junção de Iorubá + canto, disponível no YouTube, que reúne cantigas do Candomblé da nação Ketu, transliteradas ao português brasileiro. Para isso, associamos a noção de Política Linguística (SPOLSKY, 2004, 2012); orientações técnicas sobre o processo de Transliteração (DANTAS e SILVA, 2020), além de outras discussões na Historiografia Linguística e História Transatlântica, vivenciadas durante o curso da disciplina homônima, na USP (SANSONE e SANTOS, 2022). Nesse contexto, a Historiografia Linguística adentra nesse estudo como um suporte para a descrição sistematizada de como foi feito o estudo que culminou na criação do canal. Convém acrescentar que, embora a vivência para a criação do canal Iorucanto tenha adotado o procedimento técnico pesquisa-ação, esta divulgação é feita por meio da pesquisa bibliográfica, uma vez que incorpora leituras oriundas das noções de Política e Historiografia Linguística para evidenciar o seu objeto de estudo, exemplificado no trabalho desenvolvido em uma casa religiosa de Candomblé. Como resultado, apresentamos como se deu o processo de transliteração do Iorubá ao Português, além da apresentação das cantigas disponibilizadas no Youtube, por meio do canal Iorucanto.

A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA ANTIRRACISTA: UMA DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICAS DE ENSINO DE LINGUAGEM E AS LUTAS ANTIRRACISTAS

Irlene Santos de Oliveira (UNILAB | Mestranda em estudos de linguagens)

Irlene.rl@gmail.com

A educação linguística antirracista (ELA) é uma temática essencial para criar alternativas que possibilitem o indivíduo dispensar narrativas eurocêntricas e superar fatos que a colonialidade implantou e que ainda se fazem presentes na atualidade. É possível investigar como combater o racismo existente na linguagem e como educadores agem diante o ensino-aprendizagem das linguagens. Para refletir sobre o assunto, é necessário dialogar com autores que são considerados fundamentais para esta pesquisa, como Paulo Freire (1998), Luiz Carlos Travaglia (2003), Nilma Lino Gomes(2018), bell hooks (2013), Gabriel Nascimento (2019), Frantz Fanon (2008). A ELA é um desafio que envolve pessoas que tem o intuito de reagir, ressurgir e reexistir, libertando-se do eurocêntrismo e da colonialidade, analisando seus conhecimentos e sua atuação, e atentando-se à necessidade de dar espaço para novas vozes serem ouvidas e novas hipóteses serem discutidas e salientadas, diversificando saberes, e tornado os estudos contra o racismo cada vez mais potentes. A pesquisa objetiva analisar a educação linguística antirracista a respeito das linguagens e reprodução do racismo. Dentro desta perspectiva, a pesquisa apresenta um estudo de caso, de cunho exploratório, envolvendo duas escolas estaduais situadas no município de São Francisco do conde–BA, sendo colaboradores do estudo docentes envolvidos com a área de linguagens. Portanto, é possível perceber a necessidade de colocar nas práticas educativas a ELA e discutir como as políticas de ensino vem se desenvolvendo neste espaço.

**PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA EM ANGOLA:
PROPOSTA DA TERMINOLOGIA GRAMATICAL ANGOLANA – TERGA**

Márcio Undolo (ISCED-Benguela)
undolomarcio@gmail.com

Daniel Simões (ISP Jean Piaget de Benguela; Universidade Agostinho Neto |
Mestrando)
daniel.simoes@unipiaget-angola.org

Angola segue, desde 1975, ano da sua Independência, uma política linguística denominada endoglóssica não activa, a favor do idioma português, adoptado como a língua do Estado africano independente, para o exercício de actividades do governo, do parlamento, da administração, da comunicação social, da educação, da justiça e do exército. Sobre esta política de língua, o presente artigo analisa, por um lado, a planificação linguística educacional, além de problemas de normalização linguística; e, por outro lado, propõe a concepção de um recurso gramatical, denominado *TerGA*, que vise à harmonização das terminologias e, conseqüentemente, a contextualização das aprendizagens do Português em contexto multilingue e multidialectal, no ensino programático da Língua Portuguesa. Do ponto de vista do seu quadro teórico-metodológico, o estudo segue um paradigma de base qualitativa, também designado por hermenêutico ou interpretativo, motivo pelo qual esta investigação visou à busca da compreensão, do significado e da acção. Para o processamento e tratamento das evidências empíricas recolhidas, através da linguística de *corpus*, fez-se recurso à técnica da *análise de conteúdo*, seguindo a perspectiva metodológica de Laurence Bardin. Para o embasamento teórico das evidências empíricas recolhidas, o quadro teórico referencial de eleição é o da linguística funcional assente no uso. Espera-se da referida proposta um contributo para o estabelecimento da norma do Português de e em Angola.

A CONTRARREFORMA (GOLPISTA) DO ENSINO MÉDIO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA ESTUDANTES DE LETRAS – ESPANHOL

Giulia Carvalho Candido (IFFluminense)

giulia.candido@iff.edu.br

Ileana Celeste Fernández Franzoso (IFFluminense)

ileana.franzoso@iff.edu.br

Kleverson Gonçalves Willima (IFFluminense e Centro Universitário FAEL)

kleverson.w@gsuite.iff.edu.br

Desde o golpe parlamentar, midiático e sexista de 2016 e a implementação da Lei nº 13415/17, estudantes dos cursos de Licenciatura em Letras - Espanhol ou com habilitação em Espanhol têm se deparado com um cenário desolador. A partir dessa Lei, a língua espanhola foi retirada do conjunto de disciplinas obrigatórias, agora somente tendo lugar, enquanto língua adicional, o Inglês. Nesse cenário, o presente projeto tem por objetivo analisar as consequências negativas dessas medidas adotadas pós-2016 para os/as estudantes de Letras - Espanhol, que estão sendo usadas, inclusive, como uma pretensa política (linguística) educacional. Como marco teórico para pensar essas questões, tem-se utilizado nomes como Calvet (2002, 2007), Correa (2014), Neta, Cardoso e Nunes (2018), Santos e Tintin (2020), Silva (2018), Silva Júnior, Polli e Vieira (2023) e outros. Assim sendo, a nível metodológico, optou-se por uma pesquisa bibliográfica, a fim de construir um sólido referencial teórico para fazer uma análise crítica da Lei e da BNCC, com o intuito de alcançar o objetivo proposto. Além disso, através dessas leituras, foi possível comparar as proposições apontadas pelos autores com as hipóteses levantadas neste trabalho: com o fim da Lei do Espanhol, docentes formadas/os não mais poderão atuar na Educação Básica, em decorrência da não oferta do Espanhol, e com isso, haverá a necessidade de se pensar alternativas outras para a sua inserção no mercado laboral. Preliminarmente, percebeu-se que a hipótese se confirmou: com a Lei e a BNCC, lecionar língua espanhola na Educação Básica não é mais possível, haja vista serem poucas as escolas que ainda mantêm a língua em sua matriz curricular. Como consequência disso, essas/es profissionais têm de seguir outros caminhos, como dar aulas em cursos de língua e pré-vestibular (que não é ensinado na graduação), trabalhar com edição e tradução etc.

ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS EDUCACIONAIS DE UMA OFICINA DE PORTUGUÊS PARA INTERCAMBISTAS INTERNACIONAIS UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO

Augusto Vicente Neto (USP | Monitor-bolsista no Programa de Iniciação e Aperfeiçoamento à Docência em Ensino de Línguas)

augusto.vicente@usp.br

Este trabalho consiste na descrição das escolhas linguísticas educacionais feitas no processo de criação de uma oficina de português para estrangeiros. Trata-se de uma oficina elaborada em atendimento ao Edital do Programa de Iniciação e Aperfeiçoamento à Docência em Ensino de Línguas, promovido pela Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo em colaboração com o Santander. Nosso objetivo era oferecer uma oficina que pudesse atender alunos intercambistas internacionais em mobilidade em alguma das unidades da USP. Optamos pelo uso da língua no contexto da produção e reprodução científica e decidimos que iríamos trabalhar com a compreensão de textos escritos e orais acadêmicos em português brasileiro. Para tanto, seria necessário trabalhar com uma amostra de textos que pudesse representar os contextos nos quais os alunos em prospecção viessem estar inseridos. Sendo assim, realizamos um levantamento a partir do Anuário Estatístico para saber quais áreas mais recebem intercambistas internacionais e, através da estrutura do sistema de informação da própria universidade, acessamos as ementas das disciplinas de caráter introdutório das 10 primeiras unidades e selecionamos textos que pudessem ser representativos. Além disso, selecionamos 10 textos orais, a partir das 10 próximas unidades, através do próprio Canal da USP no YouTube, que conta com um acervo de aulas introdutórias gravadas. Desse modo, foi criado um banco de dados de língua bastante representativo e que será usado na oficina “Falando português na sala de aula”. A partir da noção de Bagno (2004), em que reconhece que o contexto brasileiro promove um alto grau de distanciamento entre a língua falada e a língua escrita, estruturamos a oficina pautados na ideia de que a experiência de um intercambista internacional precisa entender essa relação para alcançar uma boa compreensão das produções orais e escritas no âmbito acadêmico.

POLÍTICA PÚBLICA E POLÍTICA LINGUÍSTICA: UMA AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES ESTRANGEIROS – PSEE

Ciciliane de Castro Bezerra (PPGLin-UNILAB | Mestranda)

cicilianedecastro@gmail.com

Alexandre Cohn da Silveira (UNILAB)

alexandre.silveira@unilab.edu.br

Nosso objetivo principal neste trabalho é avaliar o Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, enquanto uma Política Pública dentro do enquadramento teórico-metodológico das Políticas Linguísticas (OLIVEIRA, 2007; RODRIGUES; MALUF; CYSNE, 2019), a partir de um modelo adaptado do guia de Avaliação de Políticas Públicas de Análise Ex post (2018). Assim, tendo em mente que avaliar e propor políticas públicas é de extrema importância para o desenvolvimento dos municípios, estados e, conseqüentemente, do nosso país, compreendemos que a educação é a base para todo esse crescimento. Dessa forma, somente propondo e avaliando Políticas Públicas e Políticas Linguísticas é que conseguiremos ajustar o processo de desigualdades, com resultados para o desenvolvimento humano ao nosso redor. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com epistemologia baseada em estudos da linguagem (FLÔR, 2011; FIORIN, 2013), análise de dados em formato exploratório e descritivo, a partir de um estudo de caso, com pesquisas bibliográficas e documentais. Em termos teóricos, nos apoiamos em Calvet (2007), que traz uma discussão acerca das origens da política linguística, destacando as políticas institucionais (in vivo), além de englobar uma discussão necessária que envolvem as línguas do Brasil, bem como as ações do Estado. Para a compreensão acerca das políticas públicas em sua base histórica, nos apoiamos na obra de Behring e Boschetti (2008), no qual os autores refletem sobre pontos a partir da economia, da luta de classe, da política, da cultura ou de qualquer aspecto da sociedade que se tornem relevantes. Nesse sentido, como resultados prévios de nossas discussões, entendemos que a experiência brasileira com as políticas sociais tem lentos avanços institucionais no que tange às conquistas sociais. Por essa razão, compreendemos o peso de avaliar e fortalecer as Políticas Públicas e Políticas Linguísticas existentes em nosso país.

26 de abril | TARDE: 15h-17h

GT3: Políticas linguísticas educacionais e questões de poder e gestão

Coordenação: Dra Charlott Eloize (UEPG)

**IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS NA POLÍTICA DE ENSINO DE PLA DA REDE
FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA**

Daniel Augusto de Oliveira (Universidade Federal de Juiz de Fora | Doutorando em
Linguística)

daniellinguist@gmail.com

Alexandre José Pinto Cadilhe de Assis Jácome (UFJF)

O objetivo deste trabalho é investigar as ideologias linguísticas subjacentes às sessões de “Apresentação”, de “Objetivos” e de “Etapas de Implementação” do documento de diretrizes para a política de educação linguística em Português como Língua Adicional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), instituidor do programa “PLA em Rede”, curso de português para estrangeiros da RFEPCT. Para compreender o conceito de políticas linguísticas, adotamos as visões de Calvet (2007) e de Lagares (2018), para quem políticas linguísticas são o conjunto de decisões macro sobre as relações entre língua e sociedade e um conjunto de escolhas conscientes sobre as relações entre a(s) língua(s) e a vida social. Além disso, mobilizamos a visão de Diniz (2020), para quem as políticas linguísticas devem ser, também, localizadas, o que, igualmente, fornece aos indivíduos agência em contextos específicos. Ademais, recorreremos à visão de Blommaert (2014) sobre as ideologias linguísticas, que podem ser percebidas como “as suposições tácitas que, como uma espécie de 'cimento social', transformam grupos de pessoas em comunidades [...]” e “estão no domínio de um sistema de perspectivas sobre línguas” (MILROY, 2011; BLOMMAERT, 2014; LAGARES, 2018). Ademais, recorreremos à noção de internacionalização, como a integração de dimensões globais, interculturais e internacionais ao ensino, à pesquisa e à extensão, conforme discutida por Knight (2003). Para examinar as ideologias linguísticas no referido documento, utilizamos procedimentos de análise documental e Análise de Discurso documental (WORTHAM & REYES, 2015). Os resultados preliminares sugerem que, nas três seções avaliadas, a visão de língua está vinculada à inclusão social, por meio de uma perspectiva de acolhimento e de uma visão crítica e localizada envolvendo a formação continuada de estudantes e de servidores da Rede, outrossim, sistematicamente, alinhada ao seu processo de internacionalização.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR: O LUGAR DO MULTILINGUISMO DOS PALOP EM DOCUMENTOS OFICIAIS SOB O OLHAR DO DIALOGISMO

Carolina Pantoja Soares (FURG | Mestranda)
carolinapsoares@yahoo.com.br

O presente trabalho tem como objetivo investigar como o contexto multilíngue dos PALOP é compreendido no Estatuto vigente da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Partindo da descrição e análise de documentos oficiais de instituições cooperativas da lusofonia, com foco para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) e o multilinguismo, a pesquisa visa investigar as políticas educacionais no ensino superior voltadas para o reconhecimento e valorização do multilinguismo e fortalecimento das relações Sul-Sul. Assim, a partir da perspectiva crítica e decolonial da dinâmica da lusofonia na globalização moderna (FARACO, 2009; SANTOS; MENESES, 2009; SEVERO, 2016; PONSO, 2018), e usando ferramentas metodológicas da Análise Dialógica do Discurso (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016; VOLÓSHINOV, 2018) foram mobilizados os conceitos de gêneros textuais, cronotopo e exotopia na análise dialógica de quatro enunciados selecionados no Estatuto vigente da UNILAB, observando o contexto de construção do gênero, sua inserção em um tempo e espaço específicos socialmente a partir de uma análise exotópica do pesquisador. Busca-se com o presente trabalho suscitar a reflexão a partir dos estudos de um ponto de vista crítico para auxiliar na implementação de novas políticas linguísticas educacionais que podem ser repensadas para o reconhecimento e valorização de línguas, culturas e saberes que foram mitigados pelo contexto colonial fortalecendo assim as Epistemologias do Sul (SANTOS; MENESES, 2009). Dessa forma, partindo da concepção dialógica, o presente trabalho visa contribuir com leitura e análise críticas para o reconhecimento do discurso hegemônico permeado pelo caráter “universalizante” da lusofonia presente mesmo em instituições que buscam a cooperação.

A EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DE SUJEITOS SURDOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ALMENARA – MG

Joeli Teixeira Antunes
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)
Mestra em Letras Estudos Literários
joeliteixeiraantunes@gmail.com

Daniane Pereira
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Mestra em Letras
daniane.pereira@ufsb.edu.br

Nas últimas décadas, importantes avanços nas políticas públicas vêm sendo difundidos no Brasil. O Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), que regulamentou a Lei de Libras (BRASIL, 2002), resulta dessas políticas públicas. Tais legislações foram precursoras no que tange à educação de pessoas surdas ao definir, entre outros aspectos, que os sistemas de ensino deveriam garantir a inclusão de pessoas surdas ou com deficiência auditiva em seu sistema regular de ensino. O objetivo deste trabalho é analisar se, após 18 anos de publicação do Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), tal direito está sendo garantido aos alunos surdos das escolas estaduais de Almenara – MG. Para tanto, metodologicamente, adotamos uma abordagem qualitativa que contempla a revisão de literatura e a pesquisa de campo. Até o momento foram realizadas as seguintes ações: leituras dos autores que fundamentam a pesquisa e mapeamento das escolas estaduais de Almenara - MG que recebem alunos surdos. A análise dos estudos de Goldfeld (2002), Quadros (1997; 2006), Sá (2002), Sartoretto; Sartoretto (2010) e do Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005) permitiram a percepção de que a inclusão dos alunos surdos exige o respeito pela sua cultura e a valorização de sua língua natural. O mapeamento apontou duas escolas estaduais atendendo alunos surdos atualmente em Almenara-MG. Para continuidade da pesquisa serão realizadas entrevistas semiestruturadas com professores, pais e alunos surdos das duas escolas mapeadas.

EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: REFLEXÕES A PARTIR DA LEI Nº 14.191 DE 03 DE AGOSTO DE 2021

Walquiria Pereira da Silva Dias (UFSCar, PPGEES | Doutoranda em Educação Especial)

walquiriapsd@estudante.ufscar.br

Cristina Broglia Feitosa Lacerda (UFSCar, PPGEES) clacerda@ufscar.br

A educação bilíngue para surdos ganhou mais um capítulo legal, ao ser inserida na Lei de Diretrizes e Bases (nº 9.394/96), por meio da Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Nesse sentido, esta proposta visa refletir acerca desse feito, ampliando o olhar para questões que influem na efetivação de uma educação bilíngue para surdos, no contexto brasileiro. A partir de uma abordagem qualitativa, trata-se de uma pesquisa documental, com foco na referida lei e nos seguintes documentos: Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) e Lei Brasileira de Inclusão (nº 13.146, de 6 de julho de 2015). As análises serão norteadas por uma perspectiva discursiva, tendo por base leituras que contribuem nos debates em torno de políticas linguísticas educacionais para pessoas surdas. Dessa maneira, a educação de surdos é ponderada como parte de um sistema educacional mais amplo, e influenciada por ele, bem como pensada como reflexo de discursos emergidos no movimento de inclusão, o qual abre espaços para o debate acerca dos direitos linguísticos. Nessa linha, considera-se a legislação como uma ferramenta necessária na inserção de políticas, mas que, comumente, ocorre em um âmbito abstrato, sendo imprescindíveis ações (educacionais, políticas, administrativas, econômicas e sociais) para vê-la se concretizar. Três principais categorias podem ser elencadas para análise: formação de profissionais, perspectiva política (linguística ou de acessibilidade) na qual se pauta a proposta e ferramentas para a efetivação e democratização de uma educação bilíngue para/de surdos. Entende-se, então, a Lei nº 14.191/2021 como instrumento importante para ratificar um modelo educacional qualitativo, orientado a partir das peculiaridades linguísticas e culturais da pessoa surda. Porém, as discussões acerca dessa lei dão visibilidade aos tensionamentos entre grupos e práticas, evidenciando a complexidade do processo de efetivação de uma educação bilíngue satisfatória ao desenvolvimento dos surdos.

IMPLANTAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) COMO DISCIPLINA OBRIGATÓRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Sérgio Pereira Maiolini (UFMT)

sergio.maiolini@ufmt.br

Esta comunicação consiste em um recorte da pesquisa de mestrado “Estudo sobre a língua brasileira de sinais (libras) como disciplina curricular obrigatória na Universidade Federal de Mato Grosso” a qual está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso e cujo objetivo principal foi compreender o processo de implantação da disciplina de libras como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)/Sinop. Para tanto, discutiu-se questões sobre as políticas públicas educacionais, relações de poder, os avanços, entraves e direitos de minorias sociais surdas. Portanto, este trabalho buscou responder algumas perguntas de pesquisa, tais como: Como se deu o processo de implantação de libras como disciplina curricular obrigatória na UFMT/Sinop? Em que medida o contexto institucional condicionou o formato da disciplina oferecida nessa Universidade? A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, o estudo dos documentos internos e oficiais da Universidade e a análise das legislações. A escolha teórica pela Análise de Discurso dos estudos de Eni Orlandi (2005) e de Michel Foucault (1999) foi fundamental e norteador para embasarmos nas discussões e análises discursiva até a efetivação do processo de implantação curricular, relações de poder na Universidade e concretização de políticas educacionais nesse campus do interior de Mato Grosso. Assim, os resultados evidenciaram que a implantação da disciplina de libras aconteceu por meio de muitos embates e disputas de poder tanto pelo Estado quanto pelo administrativo da UFMT, pois sabe-se que as articulações políticas são feitas de lutas, conquistas, derrotas, mas também de interesses e de acordos nos quais, nem sempre, pessoas que estão às margens da sociedade são colocadas como prioridade, como importantes nas tomadas de decisões políticas e sociais.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUA INTERFERÊNCIA NA QUALIDADE DA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS CORRESPONSÁVEIS NO ENSINO- APRENDIZAGEM

Cristina Simone de Sena Teixeira (UFS, PPGL | Doutoranda; SEMED-Traipu/AL)
simonesos1@hotmail.com

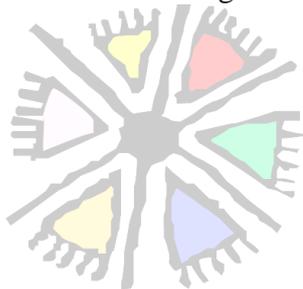
Ádria dos Santos Gomes – (UFS, PPGL | Doutoranda; SEMED/Manaus)
adrialc@hotmail.com

A presente apresentação objetiva refletir sobre o real significado de uma gestão democrática e a sua influência na qualidade do ensino-aprendizagem de uma comunidade escolar. Para tanto, apropriamo-nos dos escritos trazidos pela literatura acadêmica, documental e legislativa brasileira somada à discussão proporcionada por estudiosos do assunto, dentre eles, Gadotti (2014), Paro (2001, 2012), Castro (2012), Lima e Pessoa (2022). Paro (2001, 2012), a título de exemplo, leva-nos a compreender que é possível administrar uma instituição de ensino sem, com isso, sobrepor de forma hierárquica e autoritária a função de um único componente da escola. A gestão escolar é um ato político que requer tomada de decisão e posicionamento político. O processo de democratização da escolha de diretores tem estimulado um repensar o papel do gestor escolar e o seu comprometimento com as ações da comunidade escolar para além do administrativo e burocrático, para a pedagogia, a qualidade do ensino-aprendizagem e para a formação de personalidades humanas. Tais reflexões enveredam, metodologicamente, pela pesquisa bibliográfica e documental, trazendo a lume, nesses passos iniciais, que a modalidade “Gestão por Competência e Meritocracia” aparece definindo os eixos: conhecimento, habilidade e atitude para que uma pessoa esteja apta a exercer o cargo de gestor escolar. Consoante à Lei nº 826/2022, Traipu-Alagoas, artigo 4º, “a implantação desse tipo de Gestão na Rede Pública Municipal de Ensino organizar-se-á considerando as características descritas no Parecer CNE/CP nº 04/2021”. Enquanto que a Gestão democrática disciplinada pela revogada Lei 707/2019, art. 3º, por meio de eleição com participação dos segmentos pais, estudantes, professores e funcionários, traz a exigência da apresentação, pelo candidato, de Plano de trabalho com objetivos e metas em consonância com o projeto político pedagógico da Unidade de Ensino. Esses primeiros resultados teórico/documentais são o ponto de partida para a discussão que ora provocamos.

UMA VISÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DAS HABILIDADES DA BNCC: ASPECTOS QUANTITATIVOS

Fernanda Soares da Silva Torres (UFF | Doutoranda em Estudos de Linguagem)
fernanda_japeri@yahoo.com.br

Há tempos, a Sociolinguística revelou a relação entre língua e sociedade. Desde Labov, as línguas passaram a ser consideradas heterogêneas; assim, a variação e a mudança começaram a ser vistas como algo inerente a elas. Apesar disso, ainda são notáveis expressões, em diferentes meios, que apontam para o mito da homogeneidade linguística. Neste trabalho, foi realizada uma análise documental da *Base Nacional Comum Curricular*, conhecida como BNCC (BRASIL, 2018), a fim de mapear, quantitativamente, as menções aos termos que se relacionam ao universo da Sociolinguística. Isso foi necessário para se verificar se, sob o paradigma positivista, a visão de homogeneidade linguística da *Base*, mencionada por Rocha (2019), pode ser confirmada. Percebeu-se que o documento apresenta aspectos que o aproximam de uma concepção de leis linguísticas ligadas à defesa das línguas, pois apenas 5,94% das habilidades corresponderam aos termos buscados, que são de palavras relacionadas ao universo da Sociolinguística (CALVET, 2007).



PoLiTicas

DIREITO LINGUÍSTICO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS SOBRE O ENSINO DO ESPANHOL NO AMAZONAS

Ádria dos Santos Gomes (UFS | Doutoranda; SEMED-Manaus)

adria_lc@hotmail.com

O movimento Fica Espanhol Amazonas vem buscando estratégias através de ações políticas educacionais que promovam o ensino da Língua Espanhola na rede estadual de ensino e sua ampliação para a rede municipal por meio do Projeto de Lei nº331/2021. Abreu (2020) evidencia que o Direito Linguístico é um campo de estudos e pesquisas que se ocupa, dentre outras questões, da produção, aplicação e análise das normas que tutelam as línguas e os direitos de uso dessas línguas pelos indivíduos e grupos falantes, minoritários ou não. O objetivo é mostrar os caminhos que foram percorridos através da propositura do PL e sua tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas bem como outras ações que estão sendo desenvolvidas para fortalecer sua implementação. A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico através de análises de documentos e normativas que tratam sobre o PL e encontros entre professores da área com discussão em audiência pública na ALEAM para difusão do ensino da Língua Espanhola no Estado devido ao grande fluxo migratório de venezuelanos e outras comunidades hispânicas. Os resultados obtidos durante este caminho mostram o quanto o poder público atual não se esforça para garantir os direitos dos alunos a um ensino plurilíngue.



26 de abril | NOITE: 19h-21h

GT3: Políticas linguísticas educacionais e questões de poder e gestão

Coordenação: Dra. Ezra Nhampoca (UEM; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) e Dra. Cristine Severo (UFSC; CNPq)

**UMA MONSTRUOSIDADE LINGUÍSTICO-MORAL: OS DISCURSOS SOBRE
A LINGUAGEM NEUTRA NOS PROJETOS DE LEI DO BRASIL**

Atilio Butturi Junior (UFSC, PPGL)

atilio.butturi@ufsc.br

Nathalia Müller Camozzato (UFSC, PPGL | Pós-Doutoranda)

nathaliacrevisao@gmail.com

Bianca Franchini da Silva (UFSC, PPGL | Doutoranda)

bifranchini@gmail.com

Tem-se o objetivo de realizar uma análise dos discursos de doze Projetos de Lei brasileiros que têm como proposta a proibição do uso da linguagem neutra. Para tanto, partimos de uma discussão sobre a governamentalidade foucaultiana e elaboramos uma descrição da topologia de governo do Brasil atual segundo a ordem do neoliberalismo tardio e da moralidade cristão-neopentecostal – considerando seus efeitos para a população LGBTQIA+. Passamos, então, à invenção da linguagem neutra e à agonística que ela faz funcionar para, finalmente, analisarmos três estratégias dos PLs: a de recrudescimento do par língua-povo, a de produção de inimigos públicos e a de invenção de uma infância a proteger. Fechamos o texto com observações acerca da produção da anormalidade e da monstruosidade hodiernas, voltadas a enquadramentos cada vez mais problemáticos para as dissidências à heterocisnormatividade.

LINGUISTA EXU E NÃO BINARIEDADE: DESESTABILIZAÇÕES DE GÊNERO NA LÍNGUA

Alline de Souza Pedrotti (UFSC | Mestrando em Linguística)

allinespedrotti@gmail.com

O trabalho propõe uma reflexão acerca das categorizações ficcionais da língua (MAKONI; PENNYCOOK [2005] 2015) – partindo da observação crítica no contexto das discursivizações que a lógica missionária cristã elaborava sobre as línguas dos povos originários brasileiros e africanos (SEVERO, 2018) – no que tange à generificação e à binarização de gênero. A pesquisa explica algumas problemáticas da lógica pretensamente universalizante de categorizações gramaticais e do seu uso descontextualizado. A partir dessa contextualização, direcionam-se as atenções para as possibilidades abarcadas na linguagem pela filosofia exusíaca, e articulam-se, para tanto, entre outros saberes afro-diaspóricos, a gramática dos tambores (SIMAS; RUFINO, 2018), a pedagogia das encruzilhadas (RUFINO, 2019) e o conceito de senioridade (OYĚWÙMÍ, [1997] 2021), com o objetivo de compreender de que modos essas perspectivas se aproximam ao reconhecimento da diversidade linguística e endossam a linguagem não binária. Objetiva-se, também, apresentar uma elaboração crítica acerca das tentativas, por parte de apoiadores do governo federal (2018-2022) e de governos locais, de proibir as manifestações da linguagem não binária nos ambientes escolares. É possível observar, como um dos resultados, a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre as raízes dos binarismos de gênero na sociedade, bem como sobre a reificação desses binarismos por meio da língua e de outros artifícios, nos ambientes escolares e universitários. Outro resultado diz respeito aos impactos que tal reificação – manifestada, por exemplo, nos projetos de lei que empreendem a proibição do uso da linguagem não binária – tem sobre as pessoas não binárias e seus discursos de vida.

CURRÍCULO DE LÍNGUA PORTUGUESA DE SFC E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA POLÍTICAS LINGUÍSTICAS ANTIRRACISTA

Sandra Regina Rozendo de Jesus (UNILAB | Mestranda em estudos da Linguagem)
sandrarozendo@aluno.unilab.edu.br

O presente trabalho descreve o repensar da ação pedagógica e o desenvolvimento de um currículo que venha a contribuir para formação continuada, alinhado com políticas linguísticas adotadas no ensino de Língua Portuguesa que sejam pautadas por uma perspectiva antirracista. O objetivo deste trabalho é analisar o Currículo Municipal de Língua Portuguesa como território de inserção de práticas pedagógicas antirracistas, enfocando uma concepção da linguagem que reflita a realidade social da rede de SFC e as implicações pedagógicas nas ações de desenvolvimento social. Entende-se que essa relação precisa ocorrer de forma dialógica que contemple o tema, fornecendo-lhes subsídios teóricos e práticos para lidar com a diversidade linguística e cultural em sala de aula e com a promoção da diversidade linguística, que deve ser estimulada por meio de estratégias pedagógicas que valorizem a pluralidade da representatividade étnicoracial. Acredita-se que compreendendo as relações estruturantes da educação étnico-racial voltadas para descolonização do currículo poderá traçar novos caminhos a serem trilhados frente aos desafios na educação para a diversidade. Desse modo, parte-se da hipótese que o currículo de Língua Portuguesa poderá ser utilizado como um instrumento para a promoção da igualdade racial. Espera-se contribuir para a inclusão de políticas linguísticas antirracistas no currículo de Língua Portuguesa, tendo em vista o uso desta língua como instrumento importante para a formação docente e para a promoção da diversidade com vistas a combater o racismo e a exclusão social. Enfatiza-se que a capacitação dos professores para a promoção de políticas linguísticas antirracistas pode contribuir para a edificação de uma sociedade mais equânime e inclusiva. Para isto, fazemos referências aos documentos oficiais pertencentes à Educação das relações étnicoraciais como respaldo legal e ao uso das referências embasadas em BAGNO (2002), FREIRE (2006), NASCIMENTO (2020), ARROYO (2013), GOMES (2010).

A IDENTIDADE AFRO-BRASILEIRA NO MATERIAL DIDÁTICO APÓS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Priscila Matos Costa (UNILAB | Mestranda em estudos da Linguagem)
priscilamatoscosta@gmail.com

A história e desenvolvimento do Brasil pautou-se na miscigenação entre as populações africanas, europeias e nativas. Como resultado de tal processo formativo, ao longo dos anos, o desenvolvimento de uma identidade genuinamente brasileira apresentou-se como um movimento de perpetuação das hegemonias dominantes. Dentro dessa perspectiva, a luta por uma identidade afro-brasileira ganha força durante século XX e chega ao seu ápice com a criação e implementação da Lei 10.639/2003, a primeira Lei que coloca a obrigatoriedade de estudo da história e cultura afro e africana no cenário educacional. Conforme defende Vygotsky, entendemos o processo educacional como instrumento de desenvolvimento social. Dentro desta perspectiva, este estudo visa apresentar a análise de um material didático de língua portuguesa utilizado em diversas escolas públicas do país. Sendo uma pesquisa exploratória, busca-se estabelecer relações entre o material didático apresentado e os indivíduos sociais envolvidos: docentes e estudantes. Uma análise prévia feita com estudantes afro-brasileiros do estado da Bahia revelou que há pouca ou nenhuma representação identitária no material didático na tiragem PNLD 2019, fato que esperamos desconstruir após analisar a edição seguinte, lançada em 2021, um ano antes da Lei 10.639/03 completar duas décadas. Tais análises mostram-se relevantes para o entendimento da repercussão desta Lei na formação social dos estudantes e da sociedade em geral a longo prazo, além de propor uma educação em língua portuguesa pautada no antirracismo.

FEMINICÍDIO EM UMA SOCIEDADE COM PODER PATRIARCALISTA

Joanice Soares de Sousa (Unifesspa | Mestranda)

joanice322@gmail.com

Este trabalho propõe-se a investigar a presença do feminicídio em uma sociedade patriarcalista. A temática proposta parte de algo frequente nos noticiários brasileiros. Não obstante o avanço da legislação penal, com as contribuições da Lei Maria da Penha (2021), os índices de violência sexual, agressão física, ameaça e feminicídio continuam em evidência no meio social, nesse sentido, tratar desse assunto é quebrar paradigmas patriarcais impostos no meio social diante da figura feminina. Sob esse viés, analisa-se a constituição do patriarcalismo na sociedade, na qual, leva a um grau de desprezo e desrespeito a mulher e futuramente podendo chegar ao ato do feminicídio. A violência contra a mulher infelizmente encontra-se enraizada na maior parte da sociedade, algo que algum tempo perdura, porém, as poucas medidas propostas para o enfrentamento as agressões, por exemplo, não são suficientes para decrescer o índice de casos alarmantes das mortes relacionadas às mulheres no Brasil, nesse sentido, entende-se que feminicídio é uma prática contra a mulher que pela simples razão da condição de ser do sexo “feminino” sofre desconsideração e menosprezo a sua dignidade. Nesse sentido, tem-se como objetivo uma análise minuciosa diante das leis que preconizam a favor da dignidade, respeito e direito a vida do sexo feminino, tendo como resultados parciais que a mulher infelizmente ainda sofre diante de um sistema patriarcado social, assim, Magalhães (2014) comenta que a sociedade é baseada na dominação de homens sobre as mulheres, da mesma forma Gerda Lerner (2019) também comenta sobre a criação do patriarcado mostrando como acontece desde os princípios da sociedade patriarcalista, toda essa investigação se dará através do objeto de pesquisa referente ao mestrado que investiga o patriarcalismo com bases argumentativas através do feminicídio. Os resultados da pesquisa ainda são parciais, pois no momento, encontra-se em fase de levantamento bibliográfico e constituição do corpus.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MATERIAIS DIFERENCIADOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Rafaela Bayerl de Lima (UFGD | Mestranda em Educação)
rafa.bl98@hotmail.com

Marta Coelho Castro Troquez (UFGD)
martatroquez@gmail.com

A partir da Constituição Federal de 1988 e de outros documentos legais que normatizam a educação escolar indígena no país, os povos indígenas conquistaram o direito à uma Educação Escolar Indígena específica, diferenciada, intercultural e bilíngue, após muitas lutas e resistências. No entanto, mesmo após três décadas das garantias legais, nota-se a escassez e a precariedade de materiais didáticos específicos e diferenciados e/ou bilíngues nas escolas indígenas. Ao reconhecer as políticas públicas educacionais como fundamentais para a efetivação das leis, o trabalho teve como objetivo investigar e analisar as políticas públicas relacionadas às questões dos materiais diferenciados, bem como seus atores políticos, a partir da pesquisa documental nos sites oficiais. Diante disso, ao analisar as legislações educacionais, compreendeu-se que a responsabilidade na execução da produção e elaboração dos materiais, compete à União em regime de colaboração com estados e municípios, corroborando com Secchi (2014) que compreende o Estado como ator principal responsável na etapa de execução. Foram encontradas duas políticas públicas governamentais: 1. a Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE), que fomenta a produção de materiais didáticos através dos cursos de formação continuada de professores indígenas, que, apesar de ser bem aceito entre os professores indígenas, ainda há muitas dificuldades na elaboração desses materiais, de acordo com Vilarim; Rodrigues; Martins (2022); 2. o I Plano Nacional de Educação Escolar Indígena, que se encontra em processo de construção, com previsão de ser implantado até o ano de 2023. A pesquisa evidenciou grande atraso em relação à legislação pela baixa quantidade de políticas públicas e/ou programas, falta de acesso e dificuldades na sua prática, sendo necessário investigar as dificuldades no processo da elaboração e divulgação desses materiais, e acompanhar a reformulação de novas políticas públicas bem como o papel dos atores políticos em cada etapa do processo de sua implementação.

LEI Nº 13.684 – DE 21 DE JUNHO DE 2018, SOBRE O ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA ARGUMENTAÇÃO E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

Lorena Lopes de Freitas (UFS; UFPA)

lorenabfreitas@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo a análise de alguns fragmentos que fazem parte do projeto de lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, que discute sobre o acolhimento dos refugiados na República Federativa do Brasil, tendo em vista a questão do aumento de pessoas que fogem de seu país de origem, buscando abrigo e melhores condições de vida em outra nação, muitas vezes bem distante e com cultura e línguas diferentes, além disso aborda a argumentação, ressaltando a questão do ethos no discurso, com o intuito de observar como essas leis são organizadas e pensadas para atender a esses povos que necessitam de atenção e cuidado ao adentrar em um território tão vasto como o brasileiro. É um estudo envolvendo as políticas linguísticas e a argumentação como instrumento de análise das leis criadas e como elas foram elaboradas mediante a necessidade desse povo e como resultado prévio temos que essas leis surgem para dar uma resposta aos órgãos internacionais de direitos humanos, tendo como desafio, também, compreender como as leis se manifestam em certos ambientes sociolinguísticos caracterizados pela presença de línguas de imigração, considerados em relação ao conjunto de manifestações político-linguísticas do Estado no Brasil. Para a construção teórica deste trabalho, se utiliza Calvet (2007) para a discussão sobre Políticas Linguísticas, Abreu (2020) sobre a questão dos Direitos Humanos, assim como Gonçalves (2018) e também Coelho (2019) e Maingueneau (2008) com os conceitos de Ethos retórico e pré-discursivo.

O ENSINO/APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS NO CONTEXTO MIGRATÓRIO DE CRIANÇAS VENEZUELANAS: UMA PESQUISA SOBRE AS POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS NO MUNICÍPIO DE DOURADOS

Rosana Daza de Garcia (UEMS)
rosanadazagonzalez@gmail.com

Conforme dados do “Ministério da Cidadania, Dourados (MS) é o terceiro município brasileiro que mais recebeu imigrantes venezuelanos pela Operação Acolhida. Entre os efeitos desse fluxo em direção à referida cidade, em Mato Grosso do Sul, destaca-se o crescente número de crianças venezuelanas imigrantes e a necessidade de auxiliar, articular e avaliar políticas públicas e políticas de ações migratórias, relacionadas com conflitos na educação, gênero e cultura, nas escolas municipais do município de Dourados. A pesquisa acentuando meu lócus de enunciação (BHABHA, 1988), como professora e pesquisadora que pretendo interpretar e analisar de forma (auto)crítica reflexiva, a minha prática social, ou seja, no meu fazer teórico-prático, considerando contextos de inclusão, adaptação, constância e terminação no ensino fundamental das crianças imigrantes venezuelanas e minha trajetória de imigrante, para assim, desenvolver estudos e ações na luta contra os processos de discriminação, racismo, homofobia, xenofobia, violência contra estes grupos, durante os anos 2023 até 2024. A metodologia utilizada foi de natureza autoetnográfica crítica (SHORT; TURNER; GRANT, 2013, ONO, 2017, TAKAKI, 2020). Ela permitirá que eu confronte meus pressupostos e experiência com as diferenças emergentes nas escolas, acentuando minhas intersubjetividades, já informadas pelas teorias selecionadas. No que se refere à apreensão da dinamicidade do trabalho. A pesquisa situa-se no âmbito das perspectivas das políticas linguísticas, (DA SILVA, 2013; KAPLAN e BALDAUF JR, 1997 inspirados em Freire (2001, 2011), translinguagem (GARCÍA; WEI, 2014, GARCÍA, 2018), epistemologias do sul (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010), colonialidad (QUIJANO, 1992; DUSSEL, 2000), decolonialidade (MENEZES DE SOUZA, 2019, 2010, MIGNOLO, 2003, QUIJANO, 2000) e interculturalidade (WALSH, 2009). O trabalho focaliza a educação linguística-cultural nos contextos migratórios.